

Prioridades redefinidas

Agência de desenvolvimento defende mais recursos para empreendimentos comerciais e de serviços

Um acordo para elevar o patamar de financiamento de empreendimentos comerciais e de serviços é o grande desafio para o desenvolvimento econômico do Distrito Federal. Alexandre Bernardes, assessor especial da Agência de Desenvolvimento Econômico e Comércio Exterior do Distrito Federal (Adecex), explicou que a reivindicação para alterar a Lei 7.827, de 27 de setembro de 1989, está sendo feita junto ao Ministério da Integração Nacional. Pela legislação, o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) poderá financiar empreendimentos desse tipo com até 10% dos recursos previstos. "Entendemos que pela vocação econômica do nosso estado é necessário elevar esse percentual de investimentos", justificou.

Indústrias não poluentes, comércio e serviços, tecnologia e biotecnologia, pro-

dutores com alto valor agregado, turismo e agrobusiness e exportação foram os segmentos priorizados pelo GDF para liberação de recursos pelos agentes financeiros no Distrito Federal. Bernardes acredita é possível acelerar o crescimento econômico reforçando comércio e serviços no DF. "Decidimos em reunião em Cáceres, em Mato Grosso, que 51% dos recursos do FCO devem ser destinados para pequenas e microempresas", afirmou o assessor da Adecex.

Alexandre Bernardes disse ainda que outra decisão tomada na reunião de Cáceres foi a suspensão de novos projetos e cartas-consultas no segmento de energia e o esforço para incrementar financiamentos na área de turismo na região Centro-Oeste. Os recursos do FCO não podem ser aplicados na aquisição de veículos automotores (exceto embarcações, ônibus e

vans) destinados a empreendimentos ligados ao turismo; animais de serviços, máquinas e implementos agrícolas (exceto para mini e pequenos produtores rurais); helicópteros e aviões; e financiamento de centrais telefônicas.

Entre as vantagens do FCO, a Adecex cita prazos e encargos financeiros favorecidos, bônus de adimplência e geração de emprego, renda e desenvolvimento para o Centro-Oeste. Os financiamentos têm taxas de juros que variam de 8,75% ao ano (microempresa) a 14% (de grande porte) na área empresarial, e de 6% ao ano (mini) a 10,75% (grande) no setor rural.

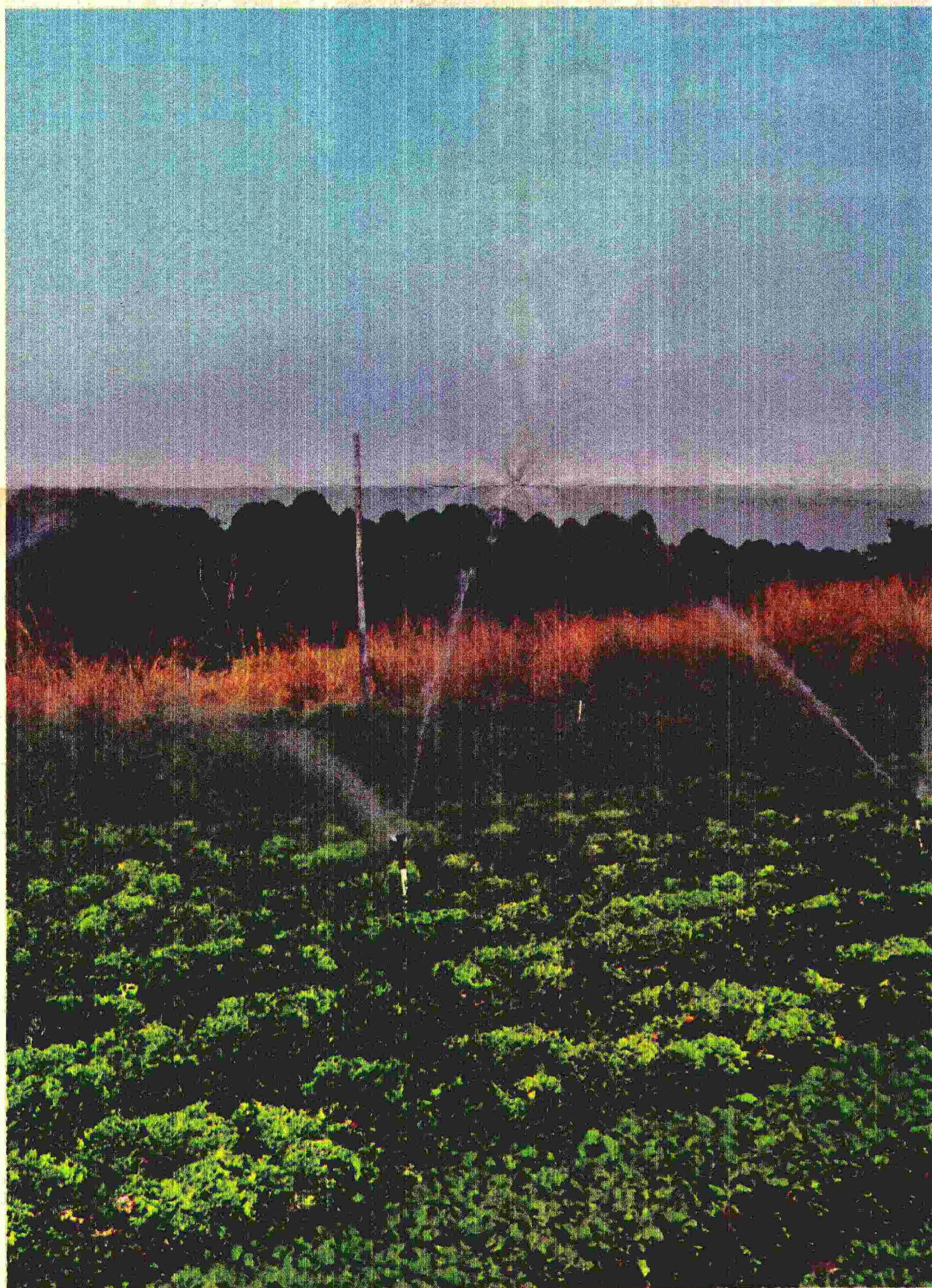
"As linhas de crédito do FCO já geraram, somente nesse primeiro semestre do ano, 2 mil novos empregos", comemora Alexandre Bernardes.

A agência, segundo ele, quer dar um novo passo em direção ao aprimoramen-

to e facilidades para o empresário e produtor rural do estado, efetivando o Banco de Brasília (BRB) como agente financeiro do FCO na área de abrangência do Distrito Federal, o que já foi aprovado em portaria do Ministério da Integração Nacional (616/03).

Paulo Castanheira, diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do BRB, argumenta que o repasse poderia ser feito para a instituição pelo Banco do Brasil e que em seu favor o BRB conta com uma carteira de 300 mil clientes, capilaridade – só em Brasília, alega, são mais de 150 pontos de atendimento – e juros baixos. Ele acredita que no início de 2004 o banco estará atuando como agente financeiro do FCO. O diretor do BRB citou que a instituição tem R\$ 50 milhões aplicados e dispõe ainda de R\$ 20 milhões para investimentos.

Júlio Fernandes



Fortalecimento da agricultura familiar conta com suporte do FCO Rural, cujas taxas de juros variam de 6% a 10,75% ao ano

Protocolo para o Entorno

Os governos do Distrito Federal e de Goiás assinaram um protocolo de intenções com quatro itens para melhorar a situação do Entorno. Foram considerados problemas comuns aos dois estados a área de segurança pública, a questão de infra-estrutura e de emprego e renda. O secretário de Articulação para o Desenvolvimento do Entorno, Paulo Roberto Roriz, disse que um primeiro passo para melhorar a situação das cidades adjacentes ao estado foi dado.

Entre os itens do protocolo constam a implementação de programa de treinamento de policiais militares para combate às drogas no GDF; abertura de linhas de financiamento pelo Banco de Brasília para pequenos e médios agricultores; estudo sobre a situação do meio ambiente e saneamento básico da região; e a iluminação da BR-040 no trecho de Valparaíso a Luziânia, em Goiás. Este último ponto, conforme Roriz, deve ser solucionado em breve, através de um convênio feito pelas centrais de energia elétrica do DF e de Goiás.

As outras três questões colocadas no protocolo serão ainda avaliadas pela assessoria jurídica do governo do Distrito Federal e, se não existir impedimentos legais, podem se transformar em convênios específicos.

O secretário disse que a situação da região, que inclui 42 municípios de Goiás e Minas Gerais, é preocupante. As chamadas áreas essenciais, como saúde, educação e segurança, são as mais demandadas. Paulo Roberto Roriz acredita que a solução para os problemas só será possível se houver parceria entre os três estados envolvidos e a União. Ele afirmou que mais de 46 mil moradores do Entorno vêm diariamente trabalhar em Brasília.

Taxa de juros do FCO

EMPRESARIAL

Microempresa	8,75% ao ano
Empresa de pequeno porte	10% ao ano
Empresa de grande porte	14% ao ano

RURAL

Mini	6% ao ano
Pequeno	8,75% ao ano
Médio	8,75% ao ano
Grande	10,75% ao ano

Fonte: Adecex

ADECEx – Endereço: SCS Quadra 8 Venâncio 2000 BI B-60 4º andar - CEP: 70333-900 - Brasília (DF) – Tel: (61) 314-9088/362-3829
Banco de Brasília: www.brb.com.br

Classificação de empresas quanto ao porte

SEGMENTO EMPRESARIAL

Porte da empresa	Faturamento bruto anual
Micro	Até 700 mil
Pequena	Acima de R\$ 700 mil e até R\$ 6,125 mil
Média	Acima de 6,125 mil até R\$ 35 milhões
Grande	Acima de R\$ 35 milhões

SEGMENTO RURAL

Porte dos produtores	Renda bruta anual
Mini	Até R\$ 80 mil
Pequeno	Acima de R\$ 80 mil até R\$ 160 mil
Médio	Acima de R\$ 160 mil até R\$ 1 milhão
Grande	Acima de R\$ 1 milhão

Fonte: Adecex